

A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DI- ANTE DO PROJETO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL

IMPLEMENTATION OF THE PROFESSIONAL SOCIAL WORK PROJECT IN FRONT OF THE CORPORATE INSTITUTIONAL PROJECT

Gabriela Mendes Souza

Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Caroline dos Santos de Sant'Anna

Graduada de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumo: A dimensão que envolve a relação entre o profissional do Serviço Social e a instituição que atua é complexa e envolve uma série de fetiches que escamoteiam a realidade deste cotidiano, como tudo que ocorre na sociedade do capital. Diante disso, é notável que a opção do Serviço Social por uma sociedade livre de opressões, coloca em debate como é possível concretizar o Projeto Profissional em um contexto de precarização e racionalização do trabalho - característico da racionalidade empresarial, que exige uma competência do trabalhador para lidar com as exigências do Projeto Institucional Empresarial no objetivo de também concretizá-lo - dada a necessidade de manutenção da relação de trabalho para continuidade de acesso às condições de subsistência da vida social (mesmo que este último projeto preze majoritariamente apenas pela manutenção do modo de produção capitalista).

Palavras-chave: Projeto Profissional; Projeto Institucional; Competência; Eficiência.

Abstract: The dimension that involves the relationship between the Social Work professional and the institution in which he works is complex and involves a series of fetishes that hide the reality of this daily life, like everything else that occurs in the society of capital. Therefore, it is remarkable that the option of Social Work for a society free from oppression, puts into debate how it is possible to implement the Professional Project in a context of precariousness and rationalization of work - characteristic of business rationality, which requires a worker's competence to deal with the requirements of the Corporate Institutional Project in order to also achieve it - given the need to maintain the working relationship for continued access to the conditions of subsistence of social life (even if this last project is mainly concerned only with maintaining the mode of capitalist production).

Keywords: Professional Project; Institutional Project; Competence; Efficiency.

A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE DO PROJETO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL

INTRODUÇÃO

O contexto atual socioeconômico retrata uma realidade no mundo do trabalho que chega a ser cruel para com a classe trabalhadora. Essa realidade escamoteia os traços do neoliberalismo que invadem todas as esferas da vida social e reforçam, no tocante à esfera laboral, a constante busca pela eficácia e eficiência, esboçada pelo discurso, ações, programas e políticas do empresariado, além da óbvia exigência por alta produtividade, elevando os trabalhadores a condição de máquinas, controlados por rígidas políticas de metas e resultados.

A polivalência acaba tornando-se condição essencial para que o trabalhador se mantenha na condição de empregado, dada a própria fetichização da realidade construída pelo grande Capital. Conforme apontam Dardot & Laval (2016), há uma transferência da lógica de mercado e das empresas, para os sujeitos e para os Estados, reivindicando destes um esforço e eficiência que não condizem com o seu papel numa determinada relação social.

Nesse sentido, não é incomum ouvir que o lucro de uma determinada instituição só será possível – ou mesmo maior – caso seja advindo da intensa exploração da força de trabalho e, portanto, da diminuição dos custos e aumento da produção, seja ela material ou imaterial. Entretanto, essa racionalidade empresarial que vem moldando o pensamento da sociedade – principalmente da própria classe trabalhadora – estão incumbidos de fetiches, ou seja, ações e ideologias que alteram a verdadeira aparência e intencionalidade do objeto, neste caso, o aumento súbito de exploração, fazendo os trabalhadores acreditarem que somente através de muito “esforço” e “dedicação” se atingiria a tão sonhada ascensão social, que nada passa de um quimérico desenvolvimento, através de um cargo mais elevado dentro da indústria. É através dessa fetichização que a burguesia garante sua dominação e hegemonia de maneira quase inabalável. E ainda, através da difusão dessas ideologias, é que se faz possível a manutenção de um sistema desigual baseado na exploração extrema da força de trabalho, dado o fato que o próprio trabalhador acredita serem necessárias tais medidas, almejando, um dia, tornarem-se parte da classe que explora.

Nessa perspectiva, ao tomar como base o lugar do Serviço Social nas relações sociais de

produção, pode-se observar que sua atuação está permeada de determinantes sociais uma vez que o mesmo se encontra inserido no cerne deste contexto complexo. Afinal, para além de ser agente e produto desta dinâmica social, o trabalho do/a assistente social também influencia na condução dos processos de produção e reprodução da realidade social, conforme discute Iamamoto & Carvalho (2014):

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 79-80).

Assim, é nesse contexto que muitas vezes o/a assistente social é chamado a intervir, de modo que se questiona: como esse/a profissional agirá se não estiver despido de tais ideologias? Como desvelar as demandas por trás da imediatividade? O cenário social está repleto de determinantes e de armadilhas, que induzem a uma posição “acrítica” em nome da produtividade e da eficiência, sendo essencial ter clareza do seu projeto e propósito profissional.

São questionamentos como este que buscamos refletir no decorrer deste artigo, dado o fato de que muitos/as assistentes sociais encaram cotidianamente essa pressão direta do capital no seu espaço de trabalho, exigindo agilidade e eficiência em questões e demandas que, por vezes, são de alta complexidade e requerem mais do que um prazo definido pela instituição para serem respondidas. No campo profissional, é crucial que o/a assistente social seja capaz de dissociar esse caráter fetichizado, isto é, o que aparece para ele, com o intuito de entender as reivindicações que estão ocultas. Assim, constitui-se como um exercício diário para o/a assistente social a quebra de falsos paradigmas vigentes, que só se faz possível através da revisitação constante das bases teóricas-metodológicas e legal-normativa, como o Código de Ética da profissão pois, ainda que responda a uma instituição, o profissional detém autonomia – relativa – para subsidiar sua atuação.

Portanto, é perceptível que conhecer a dinâmica da sociedade e da instituição, ou seja, fazer um reconhecimento da conjuntura é fundamental para dissociar aquilo que chega para o

serviço social daquilo que realmente é objeto de intervenção do profissional. Logo, a demanda a ser atendida nem sempre é a demanda que chega até o/a assistente social, o que requer um processo de mediação e desvelamento da realidade, que deve ser visto e entendido como um processo complexo. Por isso, nem todo profissional consegue realizá-lo em sua atuação, levando à percepção do paradoxo em torno do que realmente pode ser apontado como objeto de intervenção do/a assistente social. Por consequência, se faz necessário o constante debate acerca do cotidiano da profissão, das bases teóricas e práticas e do próprio projeto que se pretende desencadear enquanto profissional, de forma a romper com as barreiras do conservadorismo e construir um serviço social crítico e coerente com a realidade social.

Diante do exposto, este trabalho tem a intenção de apontar uma reflexão acerca da diferença entre o projeto institucional e o projeto profissional do serviço social, abordando inicialmente a destinação desse primeiro e, em seguida, fazendo uma discussão sobre o embate desses dois projetos.

O PROJETO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL: PARA QUEM ESTÁ DESTINADO?

A sociedade do capital se reinventa a cada novo momento de tensão através das crises cíclicas que ocorrem tendencialmente de forma a manter a hegemonia capitalista, sem afetar de forma exponencial a obtenção de lucros. Vale ressaltar que, de acordo com Netto & Braz (2006) e Dardot & Laval (2016), o movimento realizado pelos capitalistas em suas ofensivas, em especial no neoliberalismo, tem como intenção retirar qualquer trava "extraeconômica" que possa impedir a expansão da lucratividade e, conforme apontam os autores mencionados, isto ocorre em todos os campos da vida social, sendo considerado por Dardot & Laval (2016) como uma racionalidade, ao invés de apenas uma política econômica.

Portanto, o objetivo dos detentores dos meios de produção é aumentar sempre a lucratividade e, para isso, contam com a criatividade para normatizar o pensamento da sociedade através um discurso conservador, arquitetando fetiches novos para um mesmo objeto, deixando que a busca pela essência se torne um caminho cheio de obstáculos, com o perigo de que, ainda assim, não seja possível se livrar de todos os preconceitos, assim, tem-se um cenário em que se dificulta a busca pelo deciframento das problemáticas sociais. É de acordo com estes ideais que a sociedade do capital vai se moldando, de forma que a cada novo modelo econômico são ide-

ologizados não somente o pensamento crítico e a economia em si, como também é alterado o modelo organizacional de toda a sociedade e as áreas de influência do grande capital (DARDOT & LAVAL, 2016). O neoliberalismo, modelo vigente, é o claro exemplo de como todas as esferas da vida social são influenciadas pela economia e, por consequência, pelas relações de trabalho. Por isso, é necessário entender que todas as esferas da vida social estão em constante relação, como em uma teia e atinge a totalidade da vida cotidiana (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

Quando se fala em liberalismo econômico e neoliberalismo, é comum a associação direta às noções de “mão invisível” do mercado e sua autorregulação introduzidas inicialmente por Adam Smith em seu livro *Teoria dos Sentimentos Morais*, em 1759. O que foi introduzido por Smith, e que se perpetua até hoje, é fundamental para que se faça possível a compreensão do desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados através do movimento dos trabalhadores. Ora, se o mercado é livre e a intervenção Estatal é mínima, as relações de trabalho se tornam precarizadas e desregulamentadas. Assim, haverá ação estatal, contudo, esta não estará direcionada à proteção social dos trabalhadores, privilegiando o capital dominante e, conseqüentemente, a si mesmo. Afinal, o objetivo do capital é ter liberdade de exploração sem todas as amarras constitucionais. O neoliberalismo é útil ao capital porque é através dele que se torna possível a maior extração de mais valia e, portanto, maior exploração. Em síntese, qual seria o sentido de explorar a força de trabalho, senão por obtenção de lucro máximo?

[...] O Estado interfere na gestão da crise e na competição intercapitalista, pois, se os mercados transcendem os Estados, operam nas suas fronteiras. São também decisivos na conquista de mercados externos e na proteção dos mercados locais. Os Estados são estratégicos no estabelecimento dos pactos comerciais, dos acordos de investimentos, da proteção à produção produzida no seu território mediante barreiras alfandegárias, na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias para subsidiar os interesses empresariais, nos meios de comunicação de massa e na expansão do poder político das entidades internacionais (IAMAMOTO, 2012, p. 122).

Ao diminuir suas ações através de políticas públicas focalizadas, ações de fiscalização

e retração dos direitos sociais, o Estado neoliberal permite que a exploração da força de trabalho e a desregulamentação do direito na relação entre empregador e empregado chegue a níveis extremos e de forte ofensa ao movimento histórico dos trabalhadores que tanto lutaram pelas regulamentações antes conquistadas. Essas alterações vão interferir não somente no âmbito das fábricas, mas se estendem ao principal objeto de trabalho do/a assistente social: a questão social. Isso porque, dado o novo contexto das relações de trabalho - com a modernização, a inserção de novas tecnologias e difusão das ideologias associadas ao empreendedorismo - a tendência é que se reconfigurem as expressões da questão social, além de haver uma alteração nas formas de respostas ao pauperismo, sendo um período de maior repressão e menor intervenção estatal em prol da expansão e/ou garantia de direitos já conquistados. A flexibilização das relações de trabalho implica também no retorno de expressões antigas e, agora, mais tensionadas e reformuladas em um novo contexto social (trabalho infantil, precarização do trabalho, terceirização, uberização, trabalho análogo ao escravo, aumento da jornada etc.) (NETTO & BRAZ, 2006).

Nesse sentido, de acordo com Dardot & Laval (2016), o Estado neoliberal e gerencial é o ente que garante, a inserção da lógica privada no setor público, para que haja uma efetividade do mesmo, sob o argumento de que o aparelho estatal é um "peso morto" por supostamente ser oneroso, difundindo a ideia da necessidade de modernização (BEHRING, 2003). Ora, como se pode igualar instituições distintas com finalidades diferentes sob um mesmo discurso? Argumenta-se que o interesse por trás disto, é entregar as instituições estatais para o comando dos grandes capitalistas, dando-lhes mais uma brecha para o aumento da sua lucratividade, sob discursos de eficácia e eficiência onde o Estado deve aprender com, a partir de experiências que resultariam em "sucesso" de produtividade e lucro. Esta lógica descabida vem sendo bem aceita na sociedade, através de discursos bem amarrados, que os legitimam e garantem a aceitação perante a população e canalizam recursos públicos para o privado.

Deste modo, é a partir de discurso de produtividade, que são cobrados níveis de dedicação do trabalhador para a sua função que pode o adoecer, afinal, a competência exigida pela instituição é aquela que assegura o aumento das taxas de lucro e a confirmação do cotidiano na qual está inserido. Logo, a eficiência e eficácia exigidos pelo discurso da produtividade, é nada mais que, a especialização e polivalência do trabalhador que deve produzir mais em menos tempo, além de ser sempre o detentor absoluto do conhecimento para tentar uma ascensão de carreira (DARDOT & LAVAL, 2016).

Diante do exposto, onde se encaixa o Serviço Social no atual cenário de competência?

Historicamente, o Serviço Social é demandado pela classe dominante para atender os anseios da classe trabalhadora em que, de certo modo, garantia a hegemonia do capital. Todavia, o posicionamento assumido pela categoria demonstra que se pode analisar observar e atuar nesta sociedade por outro ângulo, afinal, ao se colocar enquanto classe trabalhadora e defender a emancipação humana, o/a assistente social, está atuando contra os preceitos que movem o capitalismo.

[...] Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, *pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma *estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho*, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 81-82).

Embora o Serviço Social seja contra toda forma de dominação e opressão, para efetivar este pensamento crítico o profissional deve questionar toda demanda que se apresenta nesse contexto, pois como já foi mencionado, a lógica privada tem invadido o setor público como uma nova forma de privatização, que exige do servidor público ou privado a mesma competência, através de metas e precarizações, buscando o aumento da produtividade (DARDOT & LAVAL, 2016). Assim, ao impor metas e solicitar determinadas atividades, a instituição está colaborando para a construção de uma visão e intervenção minimalista, fragmentando a atuação do profissional para atender apenas a finalidade institucional, ou seja, o/a assistente social está vivenciando um processo de precarização contínua que requer do profissional um movimento constante de reflexão e criticidade.

Desta maneira, é importante salientar que a sociedade do capital não tem interesse em garantir o pleno exercício dos direitos e a universalidade de oportunidades, mas busca incessantemente manter a exploração e a opressão das massas, pois é através disso que poderá ter êxito em sua jornada de elevação dos lucros, legitimando sua ação pelo discurso da “competência” que domina todos os setores da sociedade. Logo, as instituições refletem todo este cenário, pois não podem ser um “mundo à parte”, ou seja, aquilo que determina a sua existência, também determina a forma como ela se mantém e atribui aos seus profissionais a necessidade de aperfeiçoamento constante para a manutenção de seu emprego, além de não lhes prover as condições técnicas e materiais para a execução de seu trabalho. Para além da precarização, é comum que as instituições exijam sempre mais do que deve ser atribuído aos seus profissionais. Ao serviço social, por exemplo, não é incomum perceber relatos de profissionais que precisam realizar tanto as atividades da profissão, quanto atividades agregadas, como administrativas, para que sua atuação possa ocorrer, porque a instituição se nega a contratar os profissionais adequados para exercer as funções que não competem aos/às assistentes sociais.

Outro ponto bastante comum no que diz respeito à falta de contratação é a sobrecarga de trabalho que os profissionais enfrentam, visto que o quadro de profissionais é muito reduzido, estando sempre necessitando a elevação da quantidade de profissionais que obviamente influencia na atuação do profissional onde, em muitos casos, devido a racionalização e precarização do trabalho, estes profissionais contam também com a imposição de metas e controle do tempo de atendimento com os usuários. Ou seja, o profissional tem se tornado um mero executor de tarefas. E esta funcionalidade imposta a profissão atende aos anseios do capital, que é manter a classe trabalhadora controlada e evitar o seu poder de reação, afinal, lhe dar apenas o que entendem como “necessário” para que estes se sintam satisfeitos, ainda que em contexto de ameaça constante aos direitos conquistados.

Iamamoto & Carvalho (2014) argumenta que, a relação singular entre o/a assistente social e a sua população usuária, além da fluidez do seu fazer profissional possibilita que sua prática extrapole as demandas institucionais. Contudo, faz-se necessário observar que é essencial compreender a sociedade do capital e seus determinantes com base nas premissas que a profissão defende, pois, caso não realize uma leitura crítica da realidade, pode ter a sua atuação voltada apenas para a execução de tarefas, desfavorecendo a classe trabalhadora. Portanto, quaisquer que sejam as ações profissionais, sempre estará pautada no benefício de um grupo social, pois

não há neutralidade, uma vez que, as decisões são tomadas a partir de contextos, noções, ideologias e julgamentos sociais que devem estar ancorados nos pressupostos defendidos pela profissão (CARDOSO, 2008).

Deve-se considerar também as solicitações que as instituições fazem a estes profissionais, apenas para passar a imagem de “responsabilidade social” e “benevolente”, ou seja, sem nenhum compromisso com seus usuários, nem com as condições de vida a que eles estão submetidos. Por isso, se tem demandado do profissional características como a agilidade, o controle do tempo e baixo custo, para manter a boa imagem, sem alterar nas suas taxas de lucro, pelo contrário, incentivando o consumismo desta população, para assim, se eximir de culpa perante a sociedade, mantendo a visão caridosa dos direitos para com os chamados beneficiários. Vale ressaltar que, Iamamoto & Carvalho (2014), argumenta que os serviços sociais, ofertados através de políticas sociais, são pagos também pela própria classe trabalhadora, uma vez que os impostos e as taxas canalizadas pelo Estado, são redistribuídos por meio desses serviços para toda população, contudo, o que aparece é apenas uma imagem de bem feitoria do agente estatal e até de algumas empresas privadas que se apropriam do fundo público.

Pode-se destacar também nesse processo a tática de agregar ao trabalhador a nomenclatura de colaborador, construindo a imagem de uma grande família, onde verdadeiramente, é a competência do trabalhador que colabora para o crescimento da instituição, ou seja, fetichizando a exploração do trabalho sob o discurso da igualdade formal dentro da instituição, onde todos têm o mesmo valor e papel. Neste ponto, assim como de um modo geral na sociedade do capital, reivindica-se uma igualdade entre todos, sob os vieses da cidadania e da democracia de participação, entretanto, o que vem sendo concretizado é a completa desigualdade de oportunidades, de direitos nas relações sociais, econômicas e políticas (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

Sendo assim, podemos perceber que, o capitalismo utiliza de artifícios para garantir a sua dominação onde as instituições demandam dos profissionais a mais rápida e imediata atuação para consolidação e efetivação do seu projeto institucional, que não tem relação com o projeto profissional do serviço social. Isso ocorre pois o primeiro é desenvolvido para satisfação do modo capitalista de produzir, pensar e lucrar, desenvolvendo formas de assegurar que haja a menor quantidade de contestação possível, afinal é mais proveitoso, que o profissional aceite “cegamente” aquilo que vem “de cima”, dada a hierarquização burocrática, onde profissões de “status” assumem posições superiores, para garantir que haja a total submissão dos demais ao Projeto Institucional, que sempre estará embebido de novas maneiras de exploração. Por outro

lado, o Projeto Profissional do serviço social não atende a estes requisitos, como veremos adiante, pois não concorda com sociabilidade do capital e seus objetivos, tampouco com os altos níveis de exploração e alienação, traços essenciais do sistema capitalista. A defesa da profissão está direcionada a uma classe e somente para ela. Aceitar e defender qualquer projeto que seja contra a essa prerrogativa, é construir um fazer profissional distorcido das verdadeiras bases do serviço social.

O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PROJETO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL

O projeto ético-político do serviço social estabelece diversas diretrizes para o exercício profissional, e tem por intenção a superação do conservadorismo fundador da própria profissão. Assim, o projeto profissional, por meio da Lei nº 8662/1993, elege os valores que legitimam o exercício profissional, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o seu exercício, além de prescreverem normas para o comportamento dos profissionais nas instituições empregadoras. No entanto, a singularidade do projeto ético-político do serviço social, com relação a outros projetos profissionais, é a luta constante na construção de uma nova ordem societária mais justa e igualitária. E talvez seja esse o maior desafio para o/a assistente social, visto que é necessário durante o exercício profissional manter-se associado a uma visão crítica acerca da realidade vivida, e não se deixar levar pelo conservadorismo ainda muito presente em diversas instituições – privadas ou públicas –, ou mesmo pelo próprio cotidiano que exige, cada vez mais, profissionais competentes com racionalidade administrativa e burocrática (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014; DARDOT & LAVAL, 2016).

Nesses contextos, pressionados pela ordem do capital, citada anteriormente, muitos profissionais tendem a tornarem-se passivos às exigências impostas pela instituição empregadora, o que tende a ser comprometedor ao movimento constante da profissão de enfrentamento do conservadorismo. Entretanto, apropriar-se do projeto institucional sem a articulação necessária ao projeto defendido pela categoria, coloca o/a assistente social em uma espécie de inércia que não o permite ultrapassar a realidade posta, reproduzindo posturas conservadoras, ou seja, o/a profissional que não questiona a ordem vigente, beneficiando apenas o capital. É preciso ter em mente que atingir metas ou buscar o resultado mais rápido e prático, não é, definitivamente, uma competência do/a assistente social. Pelo contrário, a competência profissional defendida pela cat-

egoria, como estabelece o próprio projeto ético-político, relaciona-se ao aprimoramento profissional – preocupação com a (auto) formação permanente e uma constante postura investigativa. Assim, o trabalho profissional deve se desenvolver no sentido de uma constante discussão crítica pautada na totalidade, sempre na perspectiva ontológica-dialética, para a compreensão da realidade na qual o serviço social e seus usuários estão inseridos.

Nesse sentido, a mediação, como uma categoria metodológica da dialética que possui a capacidade de apreender o real, bem como de transformar a realidade, revelando as relações presentes no movimento contraditório da história, se faz de caráter essencial para o exercício profissional do assistente social, pois é através da superação daquilo que está posto no imediato, que se faz possível alcançar a essência das demandas trazidas pelos usuários no cotidiano (PONTES, 2010). Assim, bem como a categoria mediação é premissa importante no fazer profissional, é também um caminho necessário para entender a própria construção do serviço social. O projeto ético-político da profissão, sendo resultado de um processo histórico de superação de conservadorismo e consolidação do exercício profissional crítico inserido no contexto de uma sociedade capitalista, representa de forma materializada a conduta a ser seguida pelo/a assistente social e carrega em si um movimento histórico de luta e reconceituação.

O projeto é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS em 1996. Assim, o núcleo do projeto se concentra no reconhecimento da liberdade como valor central, no compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, além da vinculação a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993). No entanto, contextualizando o exercício profissional na realidade de um sistema capitalista, entende-se que as dificuldades para a aplicação concreta do projeto profissional são diversas, e ainda, que o/a assistente social é um trabalhador(a) assalariado/a que necessita atender aos requisitos da instituição empregadora.

Assim, ao mesmo tempo que o projeto ético-político se apresenta com uma complexidade singular, também é a base legal, com marco regulatório, que fornece a autonomia para o profissional exercitar a resistência. Essa resistência se manifesta nos manejos feitos no campo profissional para concretizar o projeto ético-político, entendendo que a profissão possui limites e possibilidades, e que a revolução – não no sentido concreto da palavra – está no entendimento

da realidade que o usuário está inserido, na compreensão das diversas demandas que não podem ser vistas e no uso do instrumental ético-político e teórico-metodológico como ferramentas de legitimação profissional.

Portanto, diante desse contexto de tantas contradições, é essencial que o/a assistente social se atenha aos códigos, condutas e projetos construídos historicamente pela profissão e que irão se tornar guias para a atuação nos espaços sócio-ocupacionais, utilizando-se ainda da consciência política, social e econômica que permite enxergar as dimensões do capital e suas interferências no cotidiano do serviço social, sendo viável um fazer profissional desprovido das amarras conservadoras e capaz de enfrentar a ordem do capital, se colocando a favor dos direitos da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma conjuntura marcada pelo desmonte das políticas sociais, desresponsabilização do Estado e culpabilização dos sujeitos, o Serviço Social, como profissão historicamente situada a favor dos direitos da classe trabalhadora, a favor da efetivação do seu projeto ético político, deve desenvolver um conjunto de ações junto ao corpo profissional, em articulação com a sociedade, que se expressa a partir das normativas legais, de forma a validar posicionamentos críticos, e atuar na reafirmação da defesa dos direitos, confirmando o compromisso da profissão com a emancipação política e humana. Portanto, como aponta Iamamoto:

Como reforçar e consolidar este projeto político profissional em um terreno profundamente adverso; como atualizá-lo ante o novo contexto social, sem abrir mão dos princípios éticos políticos que o norteiam. Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos (IAMAMOTO, 1998, p. 113-114).

Para além disso, é também necessária a compreensão que os limites e possibilidades do exercício profissional são fatores que interferem no binômio intencionalidade do projeto ético-político *versus* resultado obtido, o que não significa que haja uma diferença entre teoria e práti-

ca, visto que são dois conceitos indissociáveis. Acontece que, por conta de diversos fatores, mas principalmente a falta de recursos (econômicos, estruturais etc.), o/a profissional fica limitado no seu exercício e impedido de concretizar todos os fundamentos do projeto profissional, o que requer que o/a profissional exercite sua resistência, fazendo os movimentos necessários dentro dos seus limites para exercer o melhor trabalho possível. Assim o compromisso profissional, na contemporaneidade, consiste em:

[...] ser vigilante implacável da cidadania, da equidade, da justiça e da democracia amplos como forma de combate à miséria, a pobreza, as desigualdades, as injustiças, os preconceitos e as discriminações reinantes, que se expressam na questão social e afligem a população brasileira, mas, particularmente, aqueles com os quais o Assistente Social convive profissionalmente. É ser um profissional, trabalhador e cidadão que luta e aspira por mudanças substanciais para o país (GUIMARÃES, 2005, p. 8).

Dessa forma, o esforço de enfrentar as imposições do capital e, por consequência, do projeto institucional, deve partir da necessidade de se formar uma hegemonia entre a própria profissão, daquilo que é defendido, da conduta a ser seguida, da postura profissional frente às demandas tão recorrentes, do entendimento das expressões da questão social atemporais e das novas que surgem com a terceira fase do capital monopolista e do movimento de financeirização. É preciso, acima de tudo, entender que a própria categoria de assistentes sociais se encontra dissociada entre si, com discursos paradoxais, ou seja, conservadores demais ou extremistas demais, sendo necessário chegar em um ponto comum para validação do debate em todos os níveis.

E além de tudo, é essencial retornar, na formação do profissional, as bases e matrizes curriculares, pois são estas que implicam na atuação no cotidiano da profissão. Assistentes Sociais conscientes da realidade onde vivem e trabalham, são capazes de exercer um trabalho alinhado aos princípios do projeto ético-político e teórico-metodológico da categoria, fazendo ser possível uma atuação que atenda tanto as necessidades dos/das usuários/as entendidas a partir de uma perspectiva histórica, como também permite que seja atendida as exigências empresariais no intuito da manutenção das relações de trabalho e emprego. É essencial que esse debate seja levado às academias, aos campos de trabalho e todos outros espaços de ocupação do/a Assistente Social, por se caracterizar enquanto uma contradição cotidiana do campo de trabalho e que requer uma elucidação por parte dos profissionais quanto às variáveis e tendências que implicam nesse processo.

Assim, por fim, é essencial reforçar a criticidade e análise histórica-política como elementos importantes de enfrentamento ao conservadorismo e de superação das interferências do sistema capitalista no fazer profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, M. F. M. Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10R. ed. Brasília: CFESS, 2012.

CHAUÍ, M. A Ideologia da Competência. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014, p. 53-58; 113-119 (Escritos de Marilena Chauí, Vol. 3).

DARDOT, P; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, S. Serviço Social, Questão Social e Globalização: aportes para o debate. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

_____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7R ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 41 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*, V. 1. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 153-189.